

ANÁLISE DO CURRÍCULO OFICIAL EM GEOGRAFIA DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO, BRASIL: AS TEORIAS DE MILTON SANTOS NAS SÉRIES FINAIS DO CICLO II - ENSINO FUNDAMENTAL.

Área temática: Educación geográfica

Vanessa de Souza Palomo

Mestranda em Geografia

Programa de Pós Graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Campus de Presidente Prudente

Contato: vanessa.palomo.ifsp@gmail.com

RESUMO

A atual política curricular do Estado de São Paulo iniciou-se no ano de 2008 trazendo novas perspectivas para o ensino-aprendizagem, estas pautadas em propostas metodológicas que visam o desenvolvimento de competências e habilidades. Nessa lógica insere-se a ciência geográfica, que busca construir um pensamento crítico do espaço nas mais variadas escalas, nesse sentido, o corpo teórico do currículo em Geografia traz várias teorias e conceitos fundamentais, sobretudo, trazendo discussões pautadas no pensamento miltoniano. Assim, este trabalho se fez numa perspectiva de análise do currículo atual em Geografia da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, mais precisamente, no material elaborado para as séries finais do Ciclo II, ou seja, 8º e 9º anos, observando como são desenvolvidas as citadas teorias e refletindo em que medida o currículo influencia na prática docente.

PALAVRAS-CHAVE: Geografia – Currículo – Práticas de Ensino – Aprendizagem

1. Introdução

Na atual implantação curricular para a Educação Básica do Estado de São Paulo, um novo paradigma de ensino é apresentado, figurando-se a partir do desenvolvimento de competências e habilidades no aluno. Assim, surge a discussão sobre o papel da ciência geográfica nesse contexto.

Somado a essa preocupação, nota-se como as ações políticas educacionais, sobretudo, as curriculares, influenciam direta ou indiretamente nas aprendizagens e nas ações dos atores escolares, além de todos os desdobramentos sociais decorrentes delas.

O currículo se apresenta como um eixo norteador do trabalho, aliado a sua influência nas práticas de ensino dos docentes. Há de se considerar que os currículos mudam sua forma e significados educativos ao longo de uma série de processos de transformação dentro de sua prática, porém, há que se avaliar em que medida essas transformações são benéficas em seu conjunto.

O que é o currículo? Qual sua importância? Qual sua função no processo de ensino-aprendizagem? Currículo é um projeto para formação, envolvendo conteúdos, formas, conceitos, atitudes, decisões e experiências que se fazem a partir de variadas práticas em variados contextos. (BRASIL, 1999, p. 13).

Assim, neste trabalho, tem-se por objetivo analisar o currículo atual em Geografia da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, mais precisamente, no material elaborado para as séries finais do Ciclo II, ou seja, 8º e 9º anos, observando como são desenvolvidas as citadas teorias e refletir em que medida o currículo influencia na prática docente e na aprendizagem do aluno.

2. Currículo Oficial da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo

Novas concepções curriculares surgiram no Estado de São Paulo a partir da década de 1980, numa nova perspectiva de educação, superando àquela visão de outrora estabelecida pelo governo federal no contexto da ditadura militar. Os Estados começaram a reestruturar suas matrizes curriculares.

Em 1983, implantou-se o ciclo básico, pautado numa educação mais democrática e significativa. Ao longo da década de 1980, várias propostas foram levantadas, até se chegar a uma definitiva em 1992. Essa proposta tinha uma visão mais centrada no professor e em sua formação, inclusive a política.

Na implantação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, o Estado de São Paulo acompanhou esse processo com algumas orientações curriculares mais generalizadas influenciadas pelo governo federal, até efetivar-se o atual currículo oficial, em 2008.

Com a mudança de foco do ensino para a aprendizagem, estabeleceu-se um currículo pautado em competências e habilidades, superando uma visão apenas transmissora de conteúdos. Logo, existe a necessidade de conciliar conteúdos ao saber fazer, sendo assim, a escola não é mais vista como aquela que apenas transmite conhecimentos, ela constrói conhecimentos.

O material enviado às escolas já apresenta as habilidades e as competências que necessitam ser construídas e atingidas, o que auxilia no trabalho do professor. Nesse sentido, as competências são uma referência sempre presente. Ressaltando, o foco é na aprendizagem dos alunos e isso é alcançado através das habilidades desenvolvidas que culminarão no desenvolvimento de uma competência. A partir do momento em que as escolas adotam o material, elas desenvolvem as competências propostas.

A competência leitora e escritora – preocupação central das políticas educacionais do Estado de São Paulo – é o ponto principal do currículo, essa competência vai além de meras leituras e produções de texto. Isso precisa ser desenvolvido em várias dimensões: na representação (de diversas fontes), na comunicação (oralidade), na informação (tecnologias), na socialização (o viver em sociedade), na ação sobre o mundo, no raciocínio, nas relações afetivas e outros (SÃO PAULO, 2008, p. 17).

3. O discurso oficial do Currículo em Geografia

O discurso oficial do Currículo específico para a área de Geografia vem associado à macrodivisão denominada “Ciências Humanas e suas tecnologias”. Nessa divisão são evidenciados os pontos de interdisciplinaridade entre as várias ciências ditas humanas: a História, Geografia, Filosofia, Sociologia, Psicologia, Antropologia, Economia que têm por objetivo o estudo dos seres humanos e suas múltiplas relações, fundamentado pela articulação entre eles. (SÃO PAULO, 2010, p. 25).

É citado sobre a produção científica no século XX, remontando às metodologias para a produção de conhecimento, como a fenomenologia, o estruturalismo e o materialismo histórico. Como recomendação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, a Geografia, enquanto ciência humana tem por objetivo estudar as relações entre o processo histórico na formação das sociedades humanas e o funcionamento da natureza, por meio da leitura do lugar, do território, a partir de sua paisagem.

Nesse documento são apresentados quais são objetivos específicos da disciplina de Geografia, seus conceitos e, sobretudo, metodologias, além da especificação de todos os conteúdos a serem estudados em cada seriação.

As novas formas de ver o espaço estão contidas na proposta curricular, pautados no conceito miltoniano de meio técnico-científico-informacional e nas transformações provenientes da evolução da comunicação, o que levaria ao encurtamento das distâncias. A nova dimensão “virtual” do espaço é evidenciada e se torna base do currículo para o ensino fundamental.

Assim, o objetivo central do ensino de Geografia seria,

[...] o estudo do espaço geográfico, abrangendo o conjunto das relações que se estabelece entre os objetos naturais e os construídos pela atividade humana, ou seja, os artefatos sociais. Nesse sentido, enquanto o “tempo da natureza” é regulado por processos bioquímicos e físicos, responsáveis pela produção e interação dos objetos naturais, o “tempo histórico” responsabiliza-se por perpetuar as marcas acumuladas pela atividade humana. (SÃO PAULO, 2010, p. 77).

O conceito de escala também é citado, mostrando a imbricação das diferentes dimensões do espaço: o território, a paisagem e o lugar.

O *território* é analisado não apenas pelo viés político, mas também como espaço usado e construído, considerando a diversidade e complexidade das relações sociais e das diferenças culturais. A *paisagem* é a manifestação da realidade concreta, sempre em transformação, num processo contínuo de construção social. O *lugar* é conceituado como espaço de construção afetiva, de formação de identidades.

Outro ponto destacado refere-se à Educação Cartográfica. A partir do conceito de alfabetização cartográfica seria possível a formação de cidadãos autônomos e conscientes de seu lugar no mundo.

As metodologias estão centradas numa superação da Geografia tradicional, no uso não apenas de livros didáticos e paradidáticos, mas em diferentes meios de comunicação através da utilização dos recursos informacionais.

A visão escalar é tida como uma metodologia de estudo, numa constante relação entre o local e o global numa visão de espiral do tempo/espaço (o currículo também considera a noção de espiral do conhecimento, não visto como algo linear, mas proposto por avanços – retornos, fundamentais para a formação intelectual).

Sobre esta questão, Suertegaray (2001) aponta que “o tempo é entendido como seta e ciclo, ou seja, o espaço geográfico se forma e se organiza projetando-se como determinação ou como possibilidade, esta projeção se faz por avanços (seta) e retornos (ciclo)”. E por último, é valorizado o aproveitamento das Situações de Aprendizagem disponíveis nos materiais, pois nelas estão

alocadas as chamadas situações-problema, metodologia muito defendida atualmente na esfera pedagógica.

Assim, cabe ao ensino da Geografia, sobretudo, nas séries do Ensino Fundamental, propor o incentivo à pesquisa, a procura por conhecimentos baseados em aportes científicos qualitativos, propostos através de um currículo bem fundamentado e que permita as reais condições para a aprendizagem no ambiente escolar.

4. O pensamento de Milton Santos no Currículo em Geografia para as séries finais do Ciclo II - Ensino Fundamental - 8º e 9º anos

O foco do currículo específico para as séries finais do Ciclo II - Ensino Fundamental é apresentar uma complexidade maior referente a assuntos relativos à compreensão de mundo, em que, questões políticas, econômicas, sociais, ambientais são aprofundadas.

A ideia central é procurar desenvolver no estudante a construção de conceitos, não apenas através de textos escritos, mas apresentando-os de forma prática, a partir do concreto, exemplificando, mostrando as construções humanas através das técnicas e as conseqüentes transformações espaciais, buscando estabelecer a devida relação espaço-tempo. Essa ideia inicia-se no material apostilado para o 8º ano e é consolidada, através de discussões mais complexas no 9º ano.

Milton Santos é, sem dúvida alguma, uma grande referência no cenário geográfico. Suas teorizações são balizadoras há décadas na produção científica, não só em Geografia. Sua perspicácia e inteligência na compreensão das relações sócio-espaciais influenciaram toda uma geração. (SANTOS, 2004, p. 79). Logo, o pensamento de Milton Santos, é, de fato, muito presente no currículo em análise.

O currículo para o 8º ano se pauta na classificação dos meios geográficos proposto na obra “A natureza do Espaço”. Nela, Milton Santos apresenta uma conceituação de Espaço Geográfico como “sendo um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações” (SANTOS, 2008, p. 21), discutindo a técnica como determinante e incorporada ao espaço, modificando este espaço segundo a intencionalidade humana.

No material, os meios geográficos são apresentados seguindo uma periodicidade, apresentando aos alunos fatos históricos; também as características de uma época e as transformações espaciais decorrentes de vários fatores associados, sobretudo, a relação natureza e técnica.

Essa teorização parte da classificação de três períodos, os já citados meios geográficos, que são por assim dizer: o meio natural, o meio técnico científico e o meio técnico científico informacional.

O meio natural é apresentado a partir da relação Natureza superior ao Homem. Através de exemplos do uso da Cartografia Histórica e de instrumentos rudimentares, é demonstrado como a humanidade não dispunha de técnicas avançadas. As grandes navegações é o período enfocado, discutindo como a humanidade mantinha uma relação de possibilidades ao que a Natureza proporcionava, porém, a partir da criação/recriação dessas possibilidades, deu-se o início das condições para o advento da Revolução Industrial.

A partir daí, surge o meio técnico-científico, marcado pelas transformações humanas por meio das técnicas, proporcionando a superação dos limites impostos pelo natural. As discussões são apresentadas a partir das mudanças na paisagem (espaço) proporcionadas pela Indústria e os meios de transporte (ferrovia) e o conseqüente uso dos recursos naturais.

Para o meio técnico-científico-informacional, o material oferece a possibilidade de discutir o uso corrente da informação na atualidade. A análise de mapas, gráficos e tabelas são sugestões didáticas muito presentes, inclusive, o uso da pesquisa, a partir de entrevistas. Assim, os estudantes passam a compreender como a era da informação modificou as relações espaciais e o que se denomina hoje como ciberespaço.

Na obra “O Brasil” Milton Santos discorre sobre suas conceituações a partir da realidade brasileira, corrobora sua teoria dos meios geográficos aplicando-os a história do país, o que também é contemplado no currículo. O destaque fica pelas discussões que permeiam o atual período da informação, na era da globalização.

A Globalização é o grande tema norteador para o 9º ano. A visão proposta pelo currículo é pautada na evolução das técnicas propiciando a interligação do mundo, formando a chamada aldeia global. Os conhecimentos prévios para o entendimento desse processo já foram vistos no 8º ano, mostrados seu início e contexto ao longo dos séculos, através dos meios geográficos.

Vários temas estão associados à Globalização no currículo, como os estudos sobre regionalização, fatos históricos do mundo contemporâneo que propuseram novas configurações espaciais, a Globalização como processo desigual, estudos sobre população, os novos atores e grupos internacionais, religião, urbanização. Santos dedicou parte de seus escritos a essas questões e seus desdobramentos.

A Globalização é discutida como sendo um processo desigual, em que são levantados pontos como as ações das empresas transnacionais associados às noções de desenvolvimento e subdesenvolvimento. As atividades permeiam essa lógica, associando a Geografia Regional e a historicidade do século XX.

Em sua obra “Por uma outra Globalização”, o autor coloca esse processo como perverso e não homogêneo, levando a uma discussão sobre as desigualdades sócio-espaciais, ou seja, evidencia as particularidades regionais e sua importância cultural, propondo uma Globalização mais humana, em que “as bases técnicas do grande capital sirvam para outros objetivos, postas a serviço de outros fundamentos sociais e políticos” (SANTOS, 2011, p.13).

As competências e habilidades a serem desenvolvidas focam na construção e aplicação de conceitos. Situações são colocadas para a resolução de problemas, observação de fatos, situações para que o estudante tenha condições de tecer observações, comparações, compreender fatos complexos que exijam interrelação dos fenômenos. São utilizados vários meios didáticos, como uso de esquemas, mapas temáticos, pesquisas, textos, gráficos, notícias.

O objetivo maior é que o estudante tenha condições de argumentar, se posicionar frente ao mundo que está descobrindo. Mesmo diante do foco para as questões globais, o Brasil aparece como referência de contexto, sobretudo, quando discutido sobre a questão do subdesenvolvimento.

Milton Santos, em sua obra “Metamorfoses do Espaço Habitado”, escrita na década de 1980, desenvolve os primeiros ensaios sobre as novas realidades mundiais, utilizando-se das categorias de análise paisagem e território para suas teorizações referentes às transformações espaciais pós período técnico-científico.

Entre suas discussões, Santos trabalha a questão populacional e sua relação direta com o espaço, desenvolvendo a expressão “ecúmeno”, esta cunhada pelos gregos, e muito utilizada nos escritos de Maximilien Sorre, geógrafo francês, definindo como o espaço que garante as possibilidades para a habitação humana.

Ao longo da história humana e seu conseqüente crescimento, a sociedade, de acordo com as novas possibilidades criadas, por assim dizer, o início das navegações, a conseqüente interligação mundial, o avanço na medicina e a agricultura e a questão da alimentação, expandiu-se consideravelmente, sobretudo, no último século.

A proposta do currículo é discutir e fomentar em sala de aula o fenômeno populacional de forma crítica e em que o estudante possa se manifestar, argumentando. Através das mais variadas situações são levantadas questões como: há muita gente no mundo? O espaço é suficiente? A produção de alimentos é adequada? A fome é um problema de produção de alimentos ou uma questão sócio-econômica? Por que existem as desigualdades nas diversas regiões do globo? Para tanto, várias atividades dirigem as discussões, como as situações-problema, o uso de análise de gráficos, tabelas e mapas temáticos.

A questão da urbanização vem calcada em discutir as novas complexidades nas relações sociais na escala mundial que possibilitam novos papéis às realidades na escala local, utilizando-se,

sobretudo, das grandes metrópoles. Busca-se analisar e refletir sobre fenômenos organizados em redes. (SÃO PAULO, 2010, p. 9)

As cidades e o urbano são o foco de discussão. A partir do cotidiano, das relações sócio-espaciais e dos fenômenos em rede são tecidas comparações e discutidas as diferentes realidades das grandes cidades do Estado de São Paulo, porém, sem deixar de lado as características que as definem como regiões metropolitanas. Além disso, o conceito de redes geográficas é base do andamento da temática, sugerindo estudos sobre as redes do consumo, do turismo e da ilegalidade.

Um das possibilidades de aplicação do conceito de redes geográficas é a própria noção de rede urbana. Santos teorizou as novas relações escalares entre as cidades pós Revolução Industrial, que no caso do Brasil, ocorreu tardiamente, no século XX.

As relações hoje se dão de maneira imbricada em que local e mundial se relacionam diretamente. O avanço técnico nas telecomunicações e nos meios de transporte possibilitou a rapidez e fluidez do movimento no espaço geográfico mundial.

Vários outros autores, teorias, conceitos e pensamentos estão presentes no atual currículo em Geografia da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, porém, a contribuição do pensamento miltoniano é de fato a base dos materiais didáticos elaborados, sobretudo, para as séries finais do Ciclo II do Ensino Fundamental.

Os temas, conceitos e teorias abordadas aqui, mesmo que de maneira genérica, constituem a essência da Geografia para essas já citadas séries e tem um papel significativo para a aprendizagem espacial, temporal, da relação Sociedade e Natureza e para a construção de uma geração voltada para a inserção crítica e participativa na Sociedade a qual são parte integrante.

5. As práticas de ensino propostas no currículo oficial – determinantes no processo ensino/ aprendizagem?

Práticas de ensino são entendidas aqui como um conjunto de ações, formas, meios, possibilidades para o alcance de uma efetiva aprendizagem, buscando o despertar do sujeito à construção do conhecimento.

Essas práticas se constituem a partir do projeto político pedagógico da escola até aos planos de ensino propostos pelos atores escolares, perpassando pelos materiais didáticos, as metodologias, as atividades a serem desenvolvidas, as decisões da comunidade escolar. A partir dessas características são criadas as condições para uma formação integral.

No caso específico da Geografia, esta aprendizagem tem caráter crítico, de posicionamento frente ao cotidiano e todas suas imbricações escalares. Assim,

Um ponto de partida relevante para refletir sobre a construção de conhecimentos geográficos, na escola, parece ser o papel e a importância da Geografia para a vida dos alunos. Há um certo consenso entre os estudiosos da prática de ensino de que esse papel é o de prover bases e meios de desenvolvimento e ampliação da capacidade dos alunos de apreensão da realidade sob o ponto de vista da espacialidade, ou seja, de compreensão do papel do espaço nas práticas sociais e destas na configuração do espaço. (CAVALCANTI, 2006, p. 11).

Nesse sentido, a importância do currículo para as práticas de ensino é inegável. A reflexão sobre o currículo deve ser constante, por parte, sobretudo, dos docentes em Geografia. Esta perpassa sobre quais conteúdos serão estudados, qual o recorte, o que é relevante para o aluno.

A questão do currículo versa por várias discussões, inclusive a política. São vários os fatores, alguns sendo considerados pelos próprios documentos curriculares.

A primeira delas é sobre seu caráter pedagógico. Existem bases teóricas educacionais nas quais o currículo se assenta. Cabe ressaltar aqui, que na realidade da elaboração do currículo oficial,

foram convidados professores/doutores das Universidades públicas do Estado de São Paulo para a montagem dos materiais e das sugestões metodológicas, dando à construção curricular um sólido caráter conceitual e pedagógico.

O caráter cultural é aquele que se dá no cotidiano escolar, na relação entre os sujeitos, na relação professor-aluno. Todo currículo se mostra enquanto prática realizada num contexto, numa significação cultural. (SACRISTÁN, 2000, p. 23).

As ideias na defesa de um currículo que considere as peculiaridades regionais/locais são bem válidas e o currículo oficial do Estado de São Paulo não nega essa característica, o que garante a manifestação cultural de cada realidade escolar. Cultura é o resultado das ações humanas sobre o mundo, a escola não está alheia a isso, ela é o próprio ambiente de produção cultural, isso não pode ser negado.

O mais representativo do caráter do currículo a ser discutido é o político/administrativo. Ele é definido e influenciado por organismos políticos, partidos políticos, agentes políticos através da estrutura do Estado, sendo definitivamente implantado através de uma intencionalidade político-administrativa e não é neutro, mas sim, ideológico.

Outro ponto relevante de contexto refere-se ao papel fundamental da gestão escolar, sendo esta esfera responsável pelo tom de como se dá a implantação curricular. A gestão escolar aqui é compreendida na atividade profissional direta de diretores, professores e coordenadores pedagógicos. É justamente nessa esfera que a prática curricular se manifesta, sofrendo mudanças em relação às definidas a priori no âmbito das políticas estatais.

O currículo não é um fim em si mesmo. Este é visto como uma base de conteúdos a serem desenvolvidos e que pode ser transformado, vivido, segundo uma determinada realidade.

Assim, evidencia-se aqui uma das suas características, o chamado currículo oculto. Este “é constituído por todos aqueles aspectos do ambiente escolar que, sem fazer parte do currículo oficial, explícito, contribuem, de forma implícita para aprendizagens sociais relevantes” (SILVA, 2001, p.78).

Portanto, não deveriam existir práticas ou políticas determinantes no processo ensino-aprendizagem, claro que estas influenciam, porém, é a interrelação de fatores bem coordenados que cria o ambiente favorável à aprendizagem e é de suma importância que os atores escolares, que vivem a realidade local, tenham autonomia para a tomada de decisões. Daí a importância da constante pensar/ repensar sobre as práticas de ensino.

6. Algumas reflexões...

A Geografia é a ciência que, adaptada a realidade escolar, transformou-se em disciplina. Enquanto disciplina, a Geografia não pretende ter um caráter de formação de pesquisadores e profissionais, não se trata de um caráter acadêmico. Seu objetivo é formar uma consciência geográfica, uma forma de enxergar os fenômenos a partir do espaço, este constituído do todo, de várias relações complexas, que necessitam da mediação do professor para sua compreensão. Os docentes em Geografia têm essa tarefa, que é ao mesmo tempo, um desafio.

Despertar no estudante o anseio pelos estudos e interesse pela aprendizagem é a tarefa das mais difíceis, considerando a lógica de informações cada vez mais rápidas e superficiais. Desenvolver as competências e habilidades exigidas pelo currículo vem a ser o cerne do trabalho docente no atual contexto escolar paulista. Isto significa propiciar aos estudantes a tríade da avaliação atual no contexto paulista, propostas pelo Saresp (Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo) que são: esquemas presentativos (saber observar), esquemas procedimentais (saber realizar) e esquemas operatórios (saber compreender).

Nessa lógica, as políticas institucionais voltadas para a aprendizagem são válidas, o currículo é muito bem fundamentado e escrito, mas há que se considerar alguns pontos que precisam ser discutidos, sendo os principais: a compreensão de currículo pelas equipes que administram as escolas e a autonomia do professor frente ao currículo.

No processo de implantação curricular e nos documentos oficiais, em nenhum momento foi proferido ou escrito que o currículo e os materiais disponíveis para as escolas eram obrigatórios, porém, existe, no âmbito escolar, uma minimização da própria noção de currículo. Em variados contextos escolares, na escala local, o currículo é fechado, se tornando um fim e não o meio para a construção de conhecimentos. Não é dada aos docentes a liberdade frente ao currículo, o que acaba por minimizar o trabalho e as práticas de ensino. As dimensões regionais e locais têm que ser inseridas nos currículos, isto enriquece o saber, além do que, instiga mais o aluno a entender sua realidade.

Por conseqüência, acaba existindo uma determinação sobre o trabalho do professor. Nesse sentido, a autonomia do professor em sala de aula tem de ser resgatada. É o professor que conhece os alunos, seus limites, avanços, dificuldades de aprendizagem. A escola precisa avançar nesse sentido, respeitando seus docentes, suas ideias, suas metodologias, seu conhecimento, respeitando também o limite de tempo para a aprendizagem, que são os mais variados, e respeitar, sobretudo, as diversidades.

Para além do currículo. Esta deve ser a busca constante da prática docente. É pesquisar livros, levantar bibliografias, é trazer revistas, jornais, notícias locais, é trazer novas discussões, novos apontamentos para a sala de aula.

Este trabalho veio corroborar para uma análise de currículo, suas características, particularizando o currículo oficial do Estado de São Paulo, seu viés político e de aplicabilidade no âmbito escolar. Além do que, traz as contribuições da ciência geográfica enquanto disciplina escolar, evidenciando o pensamento miltoniano para o ensino-aprendizagem e conseqüente utilização e elaboração de práticas e metodologias de ensino.

Esperamos que, nossa experiência enquanto docente em Geografia na Educação Básica venha contribuir para as reflexões aqui levantadas e que tenhamos, num futuro próximo, uma educação de qualidade, voltada para a construção do sujeito como um todo, com políticas mais eficientes e de valorização dos profissionais da educação.

Bibliografia

BRASIL. LDB - *Lei de Diretrizes e Bases*. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria da Educação Média e Tecnologia. *Parâmetros Curriculares Nacionais, Ensino Fundamental*. Brasília: Ministério da Educação, 1999.

CAVALCANTI, Lana de Souza. *Geografia, escola e construção de conhecimentos*. São Paulo: Papirus, 2006.

RIBEIRO, Maria Luísa Santos. *História da educação brasileira: a organização escolar*. 14. ed. Campinas/SP: Autores Associados, 1995.

SACRISTÁN, J.G. *O currículo: Uma reflexão sobre a prática*. 3a ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SANTOS, Milton. *Testamento intelectual/Milton Santos*; entrevistado por Jesus de Paula Assis; colaboração de Maria Encarnação Sposito. – São Paulo: Editora UNESP, 2004.

SANTOS, Milton & SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, Milton. *Espaço e Método*. São Paulo: Nobel, 1984.

- SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*. Hucitec: São Paulo, 1988.
- SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra Globalização*. Rio de Janeiro: Edições BestBolso, 2011.
- SÃO PAULO, Secretaria da Educação. *Caderno do Aluno*. 2010.
- SÃO PAULO, Secretaria da Educação. *Caderno do Professor*. 2010.
- SÃO PAULO, Secretaria da Educação. *Currículo do Estado de São Paulo: Ciências Humanas e suas tecnologias*. 2009.
- SÃO PAULO, Secretaria da Educação. *Proposta Curricular do Estado de São Paulo: Ensino fundamental e Ensino médio*. 2008.
- SÃO PAULO, Secretaria da Educação. *Matrizes de Referência para a Avaliação Saresp: História e Geografia*. 2009.
- SILVA, Tomaz Tadeu. Quem escondeu o currículo oculto. In: *Documento de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte, Autêntica, 2001.
- SOUZA, R.F. *Política curricular no estado de São Paulo nos anos 1980 e 1990*. Cadernos de Pesquisa. Vol. 36, n.127, p.203-221, janeiro de 2006
- SUERTEGARAY, Dirce Maria A. *Espaço Geográfico Uno e Múltiplo*. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn-93.htm>>. Acesso em: 22 de out. de 2012.